

O PROJETO, O PARTICULAR E OS UNIVERSAIS

BRANDÃO, Otavio Curtiss Silviano

Departamento de Projetos
Escola de Arquitetura
Universidade Federal de Minas Gerais
Rua Paraíba 697 sl. 304F Belo Horizonte MG Brasil
E-mail otaviocsb@gmail.com

Palavras-chave: Epistemologia do projeto, Processos criativos, Projeto e ciência.

Resumo

Este artigo propõe debater alguns conceitos utilizados por quem se dedica à pesquisa acerca do projeto arquitetônico. Relacionando projeto, pesquisa e ciência, algumas das tangências entre esses campos são exploradas com o objetivo de se delinear algo como um status epistemológico para a pesquisa acerca da criação arquitetônica. Para tanto, o artigo parte de uma objeção que me foi colocada quando de minha defesa de tese, quando me foi levantado o fato de que as conclusões as quais cheguei não possuíam o status científico devido ao fato de eu ter estudado apenas um caso, e não um conjunto deles. Aqui defendo a cientificidade das conclusões obtidas, uma vez que a tese propôs a demonstração da possibilidade de existência de um determinado modo de se projetar, e não sua necessidade ou obrigatoriedade.

Palabras clave: Epistemología del proyecto, Procesos creativos, Diseño y ciencia.

Resumen

Este artículo pretende discutir sobre algunos conceptos utilizados por quienes se dedican a la investigación sobre el diseño arquitectónico. Poniendo en relación el diseño, la investigación y la ciencia, aquí se explora algunos puntos de tangencia entre estos campos con el fin de dibujar algo como un estatuto epistemológico de la investigación sobre la creación arquitectónica. Con este fin, el artículo se origina a partir de una objeción que se puso en el tribunal de defensa de mi tesis, cuando se planteó el hecho de que las conclusiones a las cuales llegué no tenían el estatus científico debido al hecho de que he estudiado un solo caso, y no un conjunto de ellos. Aquí defendo la cientificidad de mis conclusiones, ya que la tesis propuso una posibilidad de existencia de un modo particular de proyecto, no con la intención de hacer esa posibilidad en una necesidad dogmática u obligación.

A PERGUNTA

Quando eu defendi minha tese de doutorado, foram-me colocadas várias questões acerca de minha pesquisa, e este texto pretende responder a uma delas, talvez a mais importante. Minha tese tem, como hipótese principal, a seguinte afirmação:

o processo que gera a forma é, ao mesmo tempo, autogenerativo, isto é, para que uma forma seja gerada é necessário que estejam em evolução, simultaneamente, a forma em questão e seu processo gerador. O arquiteto que se vê como pesquisador da forma lança mão do que estiver ao seu alcance para a consecução de seus objetivos, incluindo-se, aí, procedimentos catalogados, existentes, disponíveis no acervo do conhecimento, mas, também, outros que são inventados *ad hoc*, fabricando ferramentas e, estabelecendo, durante o próprio trabalho, seqüências de tarefas (BRANDÃO, 2008. p. 29).

A tese gira em torno de um estudo de caso, no qual acompanho uma equipe de arquitetos durante elaboração de um projeto: meu objeto era um processo, e não um produto. Em seu conjunto, a tese critica os modos de se pensar a criação a partir dos operadores do método e da idéia. Muito mais do que instrumentos ativos no decorrer dos processos criativos, esses operadores podem ser pensados mais como modos de se falar e pensar a respeito do tema. Ao final de minha tese, eu concluo:

As bagagens passíveis de serem empregadas pelo projetista como ferramenta de projeto não têm como ser definidas de antemão e reunidas em um compêndio, como fizeram os grandes tratadistas da antiguidade. Mesmo considerando a utilidade do tratado, ele não tem como ser feito senão sob a tutela da contingência e da necessidade. É como se, a cada vez, a roda precisasse ser re-inventada. Cada projetista constrói seu próprio tratado, desenvolvido através de sua experiência prática, ao longo de uma vida dedicada ao projeto, mesmo que sob o risco de que esse tratado venha a se tornar inoperante para o projeto seguinte. Não existe, em nenhum lugar ou biblioteca, um conjunto perene, uno e idêntico a si mesmo, capaz de suprir todas as demandas que aparecem no ato criativo do projeto (BRANDÃO, 2008. p. 240).

Visto assim, em retrospectiva, nada me parece mais óbvio do que a constatação à qual eu cheguei quando da elaboração da tese. Porém, esta constatação causou algum incômodo no meio acadêmico. Foi-me argumentado que o fato de eu ter tratado de apenas um caso em meu estudo empírico inviabilizaria minhas conclusões. Reza a cartilha acadêmica que um trabalho de pesquisa, para ser dotado de credibilidade, precisa ser passível de repetição por quem quer que tenha o interesse em fazê-la. Meu caso era único: dizia respeito à elaboração de um projeto arquitetônico, apenas. Sendo assim, eu não poderia tirar, de um caso apenas, uma conclusão à guisa de lei, verdade ou constatação fundamentada acerca do procedimento criativo em arquitetura.

MÉTODOS INDUTIVOS E MÉTODOS DEDUTIVOS

A história das ciências tradicionais nos apresenta algumas discussões acerca de quais métodos seriam adequados para a construção da legitimação das proposições ditas científicas. A tradição acadêmica considera como sendo conhecimento válido, ou conhecimento *tout court*, apenas aquele advindo de procedimentos científicos, ou seja, aquele baseado na evidência, na repetibilidade e no desinteresse mútuo entre sujeitos e objetos. Por esse viés, o conhecimento é compreendido como sendo a fiel representação de uma realidade exterior ao observador – uma suposta realidade independente e comum a todos os observadores. A discussão acerca dos modos de se representar tal realidade gerou dois grupos distintos. O primeiro defende métodos indutivos como aqueles capazes de construir a pirâmide do conhecimento – fiel reprodução de uma realidade eterna, una e idêntica a si mesma, enquanto o outro defende métodos dedutivos para tal fim.

Procedimentos indutivos procedem do particular em direção ao universal, isto é, se destinam a estabelecer leis gerais a partir da observação de casos singulares. Para tanto, é de se supor que, quanto mais casos forem observados, maior validade e abrangência terá a lei deles derivada. Como o exemplo clássico nos ensina, ao observarmos todos os cisnes existentes e constatarmos que são brancos, poderemos induzir a lei que afirma que todos os cisnes são brancos. Os procedimentos indutivos foram, porém, questionados, quando se observou que, independentemente do número de casos analisados, não se pode derivar lei alguma, pois uma próxima observação poderia contrariá-la: o dia em que um cientista se deparar com um cisne negro, então aquela lei estará condenada.

Procedimentos dedutivos, por sua parte, fazem o caminho contrário: procedem do universal para o particular. Se, por exemplo, todos os metais são condutores de eletricidade, e o mercúrio é um metal, logo ele é condutor de eletricidade: se as premissas são verdadeiras, a conclusão também o será. Os que defendem esses procedimentos estão mais próximos à teoria platônica das idéias e de uma imagem de mundo mecanicista. Consideram todo o contingente, isto é, tudo o que existe, como um reflexo impreciso de algo que somente existe na razão: a idéia. Assim, nenhum triângulo equilátero que foi ou possa ser desenhado terá ângulos absolutamente precisos de sessenta graus. Aumentando-se a escala de observação, alguma imperfeição há de ser encontrada neles. Apenas na idéia existe tal triângulo. Os procedimentos dedutivos são defendidos por quem pressupõe a realidade do mundo das idéias, ou ainda da inteligibilidade última do mundo, das quais advêm tudo o que é. Conhecer, aqui, significa conhecer a realidade do inefável.

Aqui, algumas observações. Os defensores de procedimentos indutivos são afeitos à visão de mundo de cunho empirista, quando sugerem que qualquer construção de conhecimento tem sua

origem na observação empírica, enquanto os defensores de procedimentos dedutivos são afeitos ao raciocínio racionalista, segundo o qual todo o inteligível se situa no cosmos mecanicamente ordenado e em sua sucursal terrena – a razão. Fagulha de minha participação no universal, de minha razão advém a possibilidade de compreensão do visível. Em segundo lugar, e mais importante, os defensores de ambos os tipos de procedimentos tidos como passíveis de chegar à obtenção do conhecimento, isto é, cientistas e epistemólogos da ciência afeitos a raciocínios do tipo empirista e racionalista, concordam em que o conhecimento é cumulativo, isto é, ele é produzido sobre outros conhecimentos previamente obtidos, e o saber assim construído funciona como estoque útil à utilização futura – daí advindo a necessidade da destilação de leis universais, em procedimentos que não questionam a legitimidade do raciocínio que pressupõe tais leis universais. Porém, fundamental para o que nos propomos a defender neste artigo, é observar um terceiro aspecto: ambos relacionam o geral com o particular, procurando derivar um a partir do outro.

CONCEITOS QUE DESIGNAM PROCESSOS: CIÊNCIA, PESQUISA E PROJETO

Para se fazer ciência, vai-se do particular ao universal ou vice-versa, enquanto que para se fazer projeto vai-se do particular ao particular, isto é, a elaboração de um projeto arquitetônico é a elaboração de uma forma que atenda a demandas e condições específicas: tanto o *input* quanto o *output* da atividade de quem elabora projetos são questões absolutamente contingentes. A elaboração de um projeto, indo do particular ao particular, procura oferecer uma solução única para um problema único: seu percurso é conhecimento produzido para resolver uma questão específica. Não é conhecimento científico, pois não aspira à universalidade. Demonstro isso em minha tese, onde constato a influência majoritária dos particulares, em detrimento dos universais, na conformação de um projeto qualquer. Por si só, a argumentação de que projeto não é ciência não poria um fim à questão objeto deste artigo, uma vez que criticou-se a tese – uma pesquisa – e não um projeto arquitetônico. Da minha pesquisa, isto é, uma tarefa da ordem da ciência, era de se esperar que abrangesse universais, o que ela não se propôs a fazer. A questão que se coloca aqui é: se projeto não aspira universalidade, e pesquisa científica sim, como fica, sobre esse assunto, a pesquisa sobre projeto?

No momento em que suspendemos a suposição de que a elaboração de projeto seja o mesmo que representação de idéias ou conceitos, ou seja, quando o projeto é enfocado em sua distensão temporal, surge a possibilidade dele ser pensado como pesquisa: uma vez que o arquiteto não conhece a forma que resultará de seu trabalho, e buscando justamente esse objetivo, o arquiteto pesquisa as possibilidades de articulação entre os condicionantes da forma¹. Se projeto não é ciência, ainda assim seu percurso é o de uma pesquisa. Como pode qualificar a pesquisa em projeto o fato de o projeto, ele próprio, ser uma pesquisa? Em outras palavras, qual é a

cientificidade necessária a esse tipo de pesquisa para que seus resultados apareçam como legítimos? Detectamos um conjunto de diferenças entre a pesquisa científica e a pesquisa que é o projeto. Porém, uma coisa em comum há entre ambos: se são pesquisas, desconhecem, por definição, o final ao qual chegarão: só pesquisa quem não sabe, pois, se soubesse, não seria necessário pesquisar. Como Nigel Cross (2001, p. 221-227), pode-se chegar à conclusão que a criação científica é um caso particular dentro do universo da criação em geral.

MINHA RESPOSTA

Assim, à pergunta que questiona o fato de eu haver utilizado um caso apenas para derivar daí algum conhecimento válido, isto é, reflexo preciso de uma suposta realidade externa cognoscível através do conhecimento de suas leis últimas, respondo que não tive, em minha tese, a intenção de derivar uma lei unívoca, mas apenas demonstrar que tais leis, que a todo o universo abrangem, não têm valor operacional no contexto da criação. Inserido em um ambiente acadêmico racionalista no qual se espera um conhecimento cumulativo, ainda que se movendo guiados pelas sombras projetadas nos espelhos popperianos, minha resposta não era, certamente, satisfatória, pois explicitou uma ausência, uma falta, um vazio, mais do que procurou preenchê-lo: “As bagagens [...] não têm como ser definidas de antemão” (tese do autor). No manuseio de um projeto de arquitetura somos forçados a conviver com essa falta, não obstante nossa dificuldade em lidar com ela. Não sabemos, ao início de um trabalho qualquer de projeto, qual será seu final, que formas produzirá, que caminhos terão sido percorridos etc. Então, a dificuldade em suportar essa falta (segundo Fayga Ostrower (1977, p. 73), em suportar a tensão criativa) leva o arquiteto a buscar auxílio em métodos e em idéias.

A ciência tradicional, ao relacionar o caso particular e o universal, pensa a contingência como um produto de um inteligível, também universal, mas não se trata disso o assunto abordado pela tese. Nela, ao me ater a um projeto arquitetônico enquanto este era produzido, coisa *in statu nascendi*, não tinha interesse nos universais. Nem eu tinha olhos para isso, nem visava isso – o que corrobora o ataque desferido, a cada página da tese, contra os raciocínios de cunho metafísico como operadores de projeto. Ali, eu estava focado na contingência, apenas. Registrei o processo utilizando-me de todos os meios de que dispunha: não escolhi um em particular. Nem pretendi me isentar de meu olhar perspectívico – pois como nos ensina Nietzsche (1981, p. 272, § 374), não há olhar que não se dê a partir de uma perspectiva, e, assim, não universal.

De um caso assim, e não da observância de inúmeros casos seguida por extensa tabulação numérica e estatística, pode-se pressupor que ele busca o singular, em detrimento do universal. De um caso assim pode-se pressupor também que chegue a outro tipo de conclusão, uma vez que uma conclusão não é necessariamente uma proposição de leis, regras, normas ou métodos. Não há um *telos*. Nem sua ausência é sentida. De um caso assim é possível dizer: ei-lo, apenas.

Ele não se pretende um exemplo, um modelo, ou uma chave. Ele apresenta, tão-somente, a possibilidade de sua própria existência, ou seja, a possibilidade de existência, ainda que localizada, i.e., circunscrita no tempo e no espaço, de um caminho que só existe ao se olhar para trás, como sugere o poema de Antônio Machado:

O caminho se faz a andar
Caminhante, são suas pegadas o caminho, e nada mais;
Caminhante, não há caminho, o caminho faz-se a andar.
A andar faz-se o caminho, e ao voltar-nos para trás vemos a senda que nunca
voltaremos a pisar.
Caminhante, não há caminho, mas só a esteira sobre o mar.
(RÉSEAU INTELLIGENCE DE LA COMPLEXITÉ, [200-])

A existência do único; ou apenas a possibilidade de sua existência: aí se encontra a cientificidade da tese. Afirmar que no projeto observado e analisado a criação da forma se dá prioritariamente por articulação de contingências é uma demonstração de que um projeto de arquitetura pode se dar daquele modo. Não afirmo que aquele é o único modo de se fazer projeto, nem que aquele modo é o mais importante ou original, fundamental ou legitimador de legitimações. A tese é uma demonstração de possibilidade de existência do único. Como demonstração, ela se baseia em evidências e é repetível, isto é, uma outra pesquisa pode demonstrar, mais uma vez, que é possível a existência de formas geradas por articulação de contingências, e é compatível com a noção de que o conhecimento é cumulativo. Ainda que não vinculado aos universais, e justamente por conceber existência destes últimos como mera suposição, e daí afastando a consideração a respeito dos mesmos em um trabalho que se pretende científico, ainda que viajando entre contingências, posso afirmar que a atitude adotada na pesquisa possui caráter rigorosamente científico.

Agamben, em *The signature of all things: on method* (2009, p. 31), caracteriza um paradigma como sendo um modelo ou exemplo que, justamente por sua capacidade de exemplificação do comportamento de um grupo, é retirado de sua condição de não-destaque e alçado à posição paradigmática. Caso comum escolhido entre semelhantes, ele se move entre particulares, isto é, não aspira a universalidades. O caso particular se torna paradigmático ao suspender e, ao mesmo tempo, expor sua pertinência ao grupo. O paradigma nunca é pressuposto por não refletir uma suposta ordem universal. Sua universalidade advém justamente de sua posição contingente e singular. No paradigma, não há origem ou arché; todo fenômeno é a origem, toda imagem é arcaica. Pode-se observar algumas tangências entre o paradigma em Agamben e o projeto analisado em minha tese. Sem nenhuma pretensão a analisar um projeto exemplar, ou excelente sob que critérios quaisquer (mesmo porque eu ao poderia saber se o projeto seria excelente antes de ver seu término, uma vez que o acompanhamento se deu desde o início ao fim dos projetos), descartando projetos de arquitetos ou grupos que trabalhassem com “repertório formal claramente definido” (tese do autor), as conclusões a que cheguei podem ser observadas na elaboração de

qualquer projeto arquitetônico: em maior ou menor grau, a favor ou contra a vontade dos arquitetos envolvidos, a contingência sempre tem um papel importante na conformação. Um caso corriqueiro, como o que analisado por mim, trouxe à luz um conhecimento que vale para outros casos de projeto.

O PROJETO E O TRAÇO

Fazer um projeto de arquitetura pode (com esse termo ele eu significo apenas que existem condições de possibilidade para tanto), justamente por sua irreverência em relação a métodos e idéias, ser pensado como uma situação que vai de um caso particular para outro caso particular. Não um movimento entre particulares e universais, como no caso de projetos que visam demonstrar verdades, cristalizar valores éticos, estéticos, ou metafísicas quaisquer. Pois esses casos não discutem o traço, condição essencial de um projeto de arquitetura, como se tudo o que pudesse ser conhecido acerca dos projetos de arquitetura se situasse no âmbito das palavras e dos números. Há que se compreender que o traço pertence a uma lógica distinta da lógica do raciocínio verbal ou numérico, e que tal lógica é conhecida mais pelo que o exercitam diariamente do que pelos que não o fazem ou pelos que querem reduzi-lo ao que dele a argumentação permite. Tudo se passa como se não fosse necessário o conhecimento da lógica do traço, isto é, da prática do projeto propriamente dito, para que se possa chegar à sua compreensão e, assim, à sua prática. Também, tudo se passa como se a lógica “ilógica” do traço fosse submissa à do argumento. Ou seja, como se essa lógica fosse passível de ser descrita e englobada pela do argumento, como numa tradução transparente, i.e., como se ela não tivesse sua especificidade idiossincrática apenas capaz de ser compreendida em seu próprio meio. Por esse viés, podemos chegar à conclusão de que quem faz projeto conhece mais a respeito do assunto do que toda a comunidade acadêmica de pensadores. Essa parece atuar como certo crítico de arte, ou da contemporaneidade, que precisa, pela sua argumentação, fazer valer a crença de que aquilo que criticam é completamente compreendido por ele, em toda a sua complexidade, como se fosse possível (ponto de vista esse defendido até mesmo por alguns arquitetos projetistas) brincar de deus e, desse modo, chegar à verdade a-perspectívica acerca de alguma coisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *The signature of all things: on method*. New York: Zone Books, 2009.

BRANDÃO, Otavio. *A relação entre processo criativo e sistemas construtivos em arquitetura: um estudo de caso*. 2002. 157 f. Dissertação (Mestrado em arquitetura, Teoria e prática do projeto arquitetônico) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

BRANDÃO, Otavio. *Sobre fazer projeto e aprender a fazer projeto*. 2008. 271 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CROSS, Nigel. Designerly ways of knowing: design discipline versus design science. *Design Issues*, Cambridge, v. 17, n. 3, p. 221–227, Summer 2001.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

JONAS, Wolfgang. *The paradox endeavour to design a foundation for a groundless field*. [2000]. Disponível em: <home.snafu.de/jonasw/JONAS4-54.html>. Acesso em: 25 jul. 2010.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1994.

NIETZSCHE, Friedrich. *A gaia ciência*. São Paulo: Hemus, 1981.

OSTROWER, Fayga. *Criatividade e processos de criação*. Petrópolis: Vozes, 1977.

RÉSEAU INTELLIGENCE DE LA COMPLEXITÉ. *Chemin faisant*. Aix-en-Provence, [200-]. Disponível em: <http://www.mcxapc.org>. Acesso em: 25 jul. 2010.

ⁱ Este conceito foi desenvolvido em minha dissertação de mestrado.